

**INEPAR EQUIPAMENTOS E
MONTAGENS S.A. Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Períodos findo em 31 de março de 2020 e
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Comentário de Desempenho

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 02.258.422/0001-97

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE MARÇO DE 2020

Senhores Acionistas.

A Administração da INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do trimestre, acompanhados das Demonstrações Financeiras do período encerrado em 31 de março de 2020.

A controladora Inepar S/A Indústria e Construções – Em recuperação judicial, em conjunto com as demais empresas do Grupo, está empenhada em atender todas as obrigações constantes do plano de recuperação judicial com o objetivo de, em curto prazo, solicitar a saída da recuperação judicial.

As estratégias e providências para a saída da recuperação estão sendo comandadas pela Controladora.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 31/03/2020, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela BLB Auditores Independentes. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2020 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRAIS (ITR)

Aos: Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial
Curitiba - PR

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, da **Inepar Equipamentos e Montagens – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Em função dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Desta forma, este relatório é emitido com abstenção de conclusão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Conforme mencionado anteriormente neste parágrafo, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Base para abstenção de conclusão

1. Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

A companhia possui contas a receber em 31 de março de 2020 o montante de R\$ 201.995 mil (mesmo valor de 31 de dezembro de 2019) da Controladora Inepar S.A Indústria e Construções – Em recuperação judicial (RJ), que apresenta incerteza significativa quanto à sua continuidade operacional. De fato, a companhia e a sua controladora se encontram em recuperação Judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pelo grupo de empresas foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de março de 2020 as demonstrações financeiras intermediárias apresentam um prejuízo de R\$ 2.188 mil, patrimônio líquido de R\$ 56.166 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 63.599 mil. Assim, não foi possível nos satisfazermos sobre a concretização do Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial apresentado atualmente pelo Grupo Inepar, há muitas incertezas que estão relacionadas substancialmente, com expectativas de julgamentos e realizações de ativos os quais não é possível concluirmos. E ainda, a própria execução do plano de recuperação aprovado ajudará a definir a perspectiva de a Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações.

2. Impostos e contribuições a recolher

A Companhia não possui em 31 de março de 2020 controles que forneçam informações suficientes aos exames de auditoria dos saldos contábeis das rubricas “Impostos e contribuições a recolher”, classificada no passivo circulante no valor de R\$ 58.939 mil, conforme nota explicativa 12, e “provisão para contingências - tributárias” classificada no passivo não circulante no valor de R\$ 105.182 mil, conforme nota explicativa 14. Para esses passivos tributários contenciosos a Companhia está aguardando a homologação por parte da Secretária da Receita Federal do pedido de parcelamento desses débitos e consequente consolidação da efetiva obrigação, nos termos da Lei 13.988/2020, regulamentada pela portaria PGF nº 9.917/2020. Assim, não foi possível firmar juízo sobre a adequação dos referidos saldos. Conseqüentemente, não pudemos concluir, e não concluímos, sobre a adequação daqueles saldos consignados no balanço, e eventuais reflexos no resultado e no patrimônio líquido do período findo em 31 de março de 2020.

Abstenção de conclusão sobre as informações Intermediárias

Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Conseqüentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos incluídos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimentos de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Demonstrações intermediárias comparativas do exercício e trimestre anteriores examinadas e revisadas por outro auditor independente

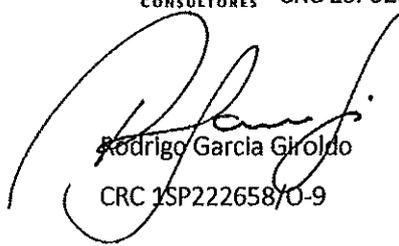
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, assim como as demonstrações financeiras intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2019, apresentadas para fins de comparação foram submetidas a procedimentos de auditoria e revisão, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e revisão com datas de 30 de junho de 2020 e 28 de junho de 2019, respectivamente. O relatório de revisão foi emitido sem modificação de conclusão, contendo parágrafo de ênfase: sobre: (i) continuidade operacional da companhia e (ii) incerteza sobre prescrição de contingências tributárias passivas.

Ribeirão Preto SP, 14 de outubro de 2020.

BLB
BRASIL
AUDITORES e
CONSULTORES

BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2


Rodrigo Garcia Ghroldo

CRC 1SP222658/O-9

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Balanço patrimonial

Período findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	150	148
Contas a receber de clientes	8	-	10
Impostos a recuperar	9	1.356	1.383
Total do Ativo Circulante		1.506	1.541
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Partes relacionadas	15.1	211.052	210.936
Impostos diferidos	13	5.107	5.755
Depósitos judiciais		-	81
Total Realizável a Longo Prazo		216.159	216.772
Imobilizado	11	16.715	16.994
Total do Ativo Não Circulante		232.874	233.766
Total do Ativo		234.380	235.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Balanço patrimonial

Período findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores		134	123
Salários e encargos sociais		946	931
Impostos e contribuições a recolher	12	58.939	58.607
Outras contas a pagar		5.086	3.535
Total do Passivo Circulante		65.105	63.196
Não Circulante			
Partes relacionadas		81	81
Impostos diferidos	13	5.107	5.755
Provisões para contingências	14	107.921	107.921
Total do Passivo Não Circulante		113.109	113.757
Patrimônio Líquido			
Capital social	16 (a)	191.423	191.423
Prejuízos Acumulados		(568.848)	(566.834)
Ajuste de avaliação patrimonial	16 (b)	433.591	433.765
Total do Patrimônio Líquido		56.166	58.354
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		234.380	235.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Demonstração de Resultados

Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/03/2020	31/03/2019
Receitas [Despesas] Operacionais		(304)	(66)
Administrativas e gerais		(204)	(210)
Outras receitas e despesas operacionais	18	(100)	144
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(304)	(66)
Despesas financeiras	19	(1.887)	(487)
Receitas financeiras	19	3	3
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		(2.188)	(550)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		-	-
Resultado do exercício		(2.188)	(550)
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício		246.385.991	246.385.991
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício		66.034.745	66.034.745
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(6,86)	(1,72)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		(7,53)	(1,89)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Período findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes		Patrimônio Líquido Total
			Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial	
Em 31 de dezembro de 2018	191.423	(520.493)	11.042	423.600	105.572
Resultado do Exercício		(47.218)			(47.218)
Outros Resultados Abrangentes					-
Resultado Abrangente Total					(47.218)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		877	(877)		-
Em 31 de dezembro de 2019	191.423	(566.834)	10.165	423.600	58.354
Resultado do Exercício		(2.188)			(2.188)
Outros Resultados Abrangentes					-
Resultado Abrangente Total					(2.188)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		174	(174)		-
Em 31 de março de 2020	191.423	(568.848)	9.991	423.600	56.166

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2020	31/03/2019
Resultado Líquido do Exercício	<u>(2.188)</u>	<u>(550)</u>
Ajustes de exercícios anteriores reflexa	-	-
Ganho na conversão de debêntures perpétuas	-	-
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(2.188)</u>	<u>(550)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	(2.188)	(550)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	279	294
Alienação de permanente	-	59
Provisões (Reversões)	10	-
Resultado do período ajustado	<u>(1.899)</u>	<u>(197)</u>
(Aumento) redução no ativo:		
Contas a receber de clientes	-	(80)
Créditos de impostos	674	135
Outros créditos	81	-
	<u>755</u>	<u>55</u>
Aumento no passivo		
Fornecedores	11	2
Salários e encargos sociais	15	8
Impostos e contribuições a recolher	332	483
Impostos diferidos	(648)	(113)
Outras contas a pagar	1.552	-
	<u>1.262</u>	<u>380</u>
CAIXA (GERADO) CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>118</u>	<u>238</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Operações de mútuos com empresas ligadas	(116)	(237)
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(116)</u>	<u>(237)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
- X -	-	-
CAIXA (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>-</u>	<u>-</u>
EFEITO DAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES	-	-
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2</u>	<u>1</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes	148	142
Saldo final do caixa e equivalentes	150	143
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 e março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
RECEITAS	(10)	-
Perdas no recebimento de crédito	(10)	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(256)	(176)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(256)	(176)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(266)	(176)
Depreciação e Amortização	(279)	(294)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(545)	(470)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	286	449
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	3	3
Receitas de Aluguéis	283	446
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(259)	(21)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL	13	15
Salários e encargos	13	15
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	29	27
Federais	29	27
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	1.887	487
Juros	1.887	487
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(2.188)	(550)
Prejuízo do Exercício	(2.188)	(550)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(259)	(21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional

A INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - em Recuperação Judicial é uma Companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. Nº 02.258.422/0001-97, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 353.003.536-84, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto. 1101, 11º andar, parte D, centro, CEP. 80.410-180.

A Companhia, constituída em 31 de outubro de 1997, tem como atividade preponderante à fabricação e fornecimento de bens de capital sob encomenda, sistemas em regime “Turn-Key” (Pacotes), fabricação de equipamentos pesados, construção, montagem, modernização e manutenção de plantas industriais e de processos e, a fabricação e montagem de estruturas metálicas. Desde o ano de 2004, concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, na qual participa em 25,4 % do seu capital.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

No contexto mundial vemos nos últimos anos um excesso de liquidez financeira pronta para ser aplicada em projetos da economia real.

Já o atual Governo Brasileiro está comprometido com a atração de capital estrangeiro para viabilizar o crescimento da economia brasileira.

Boa parte desses capitais estrangeiros, quando vem para o Brasil, necessitam encontrar parceiros locais para viabilizar seus investimentos. E é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

Nota 2 - Processo global da reestruturação e recuperação judicial

Em 29/08/2014, a Inepar S/A Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, (Inepar Equipamentos e Montagens S/A, Iesa – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A, Iesa Óleo & Gás S/A), pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

As premissas, tratativas e expectativas em relação ao plano de recuperação judicial são apresentados pela Controladora INEPAR S/A – Indústria e Construções.

Nota 3 – Bases de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurado ao valor justo.

Nota 4 – Resumo das principais práticas contábeis adotadas

4.1. Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

4.2. Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

4.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

4.4. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

4.5. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para "impairment" foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

4.6. Investimentos

Nas demonstrações financeiras da Companhia, o investimento em sociedade coligada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

4.7. Partes Relacionadas

Os valores com partes relacionadas são ativos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

4.8. Imobilizado

A Companhia, com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a avaliação pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em tributos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.9. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "*impairment*".

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

4.10. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

4.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor for estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

4.13. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

4.14. Reconhecimento das Receitas de Vendas

CPC 47/IFRS 15- Receita de contratos com cliente

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1/01/2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações executáveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

Passo 3: Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente;

Passo 4: Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato; e

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

4.15. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

4.16. Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*Impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Nota 5 - Instrumentos financeiros

CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito.

Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Nota 6 – Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial Circulante	Ativos a valor justo por meio do resultado			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial Circulante	Custo	
	Amortizado	Total	Amortizado		Total	
Aplicações financeiras	148	-	148	Fornecedores	123	123
Contas a receber	-	10	10	Outras contas a pagar	3.535	3.535
Total Circulante	148	10	158	Total Circulante	3.658	3.658
TOTAL GERAL	148	10	158	TOTAL GERAL	3.658	3.658

Ativos financeiros em 31 de março de 2020 conforme balanço patrimonial Circulante	Ativos a valor justo por meio do resultado			Passivos financeiros em 31 de março de 2020 conforme balanço patrimonial Circulante	Custo	
	Amortizado	Total	Amortizado		Total	
Aplicações financeiras	150	-	150	Fornecedores	134	134
Total Circulante	150	150	150	Total Circulante	134	134
Não Circulante				Partes relacionadas	81	81
Partes relacionadas	-	211.052	211.052	Total Não Circulante	81	81
Total Não Circulante	-	211.052	211.052	TOTAL GERAL	215	215
TOTAL GERAL	150	211.052	211.202			

Nota 7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019
Aplicação financeira	150	148
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	150	148

Caixa e equivalentes inclui aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Nota 8 – Contas a receber de clientes

	31/03/2020	31/12/2019
Contas a Receber de Clientes Interno	8.060	8.060
PCLD (Provisão para Perdas)	(8.060)	(8.050)
Contas a Receber de Clientes	-	10

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. – Nº 02.258.422/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos. A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

Saldos em 31/12/2019 – Auditado	(8.050)
(-) Ajuste de provisão	(10)
Saldos em 31/03/2020 - Auditado	(8.060)

Nota 9 – Impostos a recuperar

	31/03/2020	31/12/2019
ICMS a recuperar	304	304
IPI a recuperar	200	200
PIS/COFINS a compensar – Lei 10.833/03	720	748
Saldo negativo de IRPJ/CSLL anos anteriores	120	120
Prov. IRRF s/ aplicações financeiras	12	11
	<u>1.356</u>	<u>1.383</u>

Nota 10 – Investimentos

O saldo de investimentos em 31/03/2020 encontra-se zerado em decorrência da sociedade coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial na qual detém 25,4% de participação, apresentar “passivo a descoberto” na mesma data.

Na sociedade controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, foi constituída provisão para passivo à descoberto da investida IESA – Projetos Equipamentos e Montagens S/A, haja vista que, indiretamente, possui 100% de participação no capital da investida.

Informações sobre a IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.:

	31/03/2020	31/12/2019
Capital Social	200.809	200.809
Passivo a descoberto	(1.352.219)	(1.320.706)
Resultado do Exercício	(35.501)	(286.141)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 11 – Imobilizado

	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Taxas anuais de depreciação		10, 15 e 20%	10%	
Em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	-	37.634	941	38.575
Depreciação Acumulada	-	(21.158)	(941)	(22.099)
Valor contábil líquido	-	16.476	-	16.476
Adições	2.022	-	-	2.022
Baixas	-	(970)	-	(970)
Depreciação	-	(1.141)	-	(1.141)
Baixas da Depreciação	-	607	-	607
Saldo Final	2.022	14.972	-	16.994
Em 31 de Dezembro de 2019				
Custo	2.022	36.664	941	39.627
Depreciação Acumulada	-	(21.692)	(941)	(22.633)
Valor contábil líquido	2.022	14.972	-	16.994
Depreciação	-	(279)	-	(279)
Saldo Final	2.022	14.693	-	16.715
Em 31 de Março de 2020				
Custo	2.022	36.664	941	39.627
Depreciação Acumulada	-	(21.971)	(941)	(22.912)
Valor contábil líquido	2.022	14.693	-	16.715

Os principais bens patrimoniais da Companhia como: instalações, equipamentos e máquinas industriais estão locados para a coligada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.- Em Recuperação Judicial, em função da transferência das atividades operacionais e mercadológicas ocorrida desde 2004.

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/2009, que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por Empresa especializada.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos imobilizados e outros ativos não circulantes, sendo que não foram identificadas perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas.

Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “*in loco*” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes; e
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste período a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Nota 12 – Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ICMS a recolher	2.394	2.386
ISS a recolher	1.882	1.864
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	22.154	22.064
INSS e Senai a recolher (b)	2.635	2.621
Parcelamento Especial Lei 12.996/14 (c)	29.874	29.672
	<u>58.939</u>	<u>58.607</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Refere-se ao saldo remanescente do parcelamento solicitado através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da RFB. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos nos parcelamentos da Lei nº 12.996 de 18/06/2014. Este parcelamento encontra-se suspenso.
- b) Refere-se principalmente ao parcelamento das obrigações devidas ao SENAI, cujos valores foram parcelados em 180 parcelas mensais. Atualmente, o parcelamento encontra-se suspenso.
- c) Em 25/08/2014, a Companhia, com base na Lei nº 12.996 de 18/06/2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto à Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos. Partes dos débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 de 09/10/2013, foram indicados nos parcelamentos na Lei nº 12.996 de 18/06/2014.
- Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, foram reconhecidos no exercício de 2015 tendo em vista que a Companhia, por questões financeiras, não apresentou em agosto de 2014 os recolhimentos das antecipações.

Para quitação das antecipações de 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27/07/2015 a Controladora Inepar S/A Indústria e Construções obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar)

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30/07/2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados. Para liquidação dos juros e multas foram utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$43.125 e R\$16.764 respectivamente.

Os parcelamentos efetuados conforme informado nos itens anteriores foram migrados para a Transação Individual, estabelecido pela Lei nº. 13.988/2019 (Conversão da MP-899/2019), regulamentada pela Portaria PGFN nº 9.917/2020.

Nota 13 – Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos foram constituídos na mesma proporção do passivo diferido e serão realizados à medida em que o passivo da revisão de vida útil e do custo atribuído forem realizados.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período é a seguinte:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos		
	Diferenças Temporárias	Total	Revisão de Vida Útil	Custo Atribuído	Total
Em 31 de dezembro de 2019	5.755	5.755	1.508	4.247	5.755
Baixa	(648)	(648)	(644)	(4)	(648)
Em 31 de março de 2020	5.107	5.107	864	4.243	5.107

Nota 14 – Provisões para contingências

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesas administrativas e judiciais e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais, tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	250	105	250	105
Tributárias	45.128	105.182	45.128	105.182
Cíveis	-	2.166	-	2.166
Outros	-	468	-	468
	45.378	107.921	45.378	107.921

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	107.921	69.255
Adições	-	41.032
(-) Baixas	-	(2.366)
Saldo Final	107.921	107.921

Para os processos cujas perdas foram consideradas como prováveis a administração registrou em conta de provisão considerando o montante estimado de perda e para as perdas possíveis estamos apenas divulgando os valores envolvidos.

Trabalhistas – reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios.

Tributárias – constituídas por processos da área federal (PIS, COFINS e INSS), Estadual (ICMS) e Municipal (ISS).

A Companhia contratou consultores fiscais especializados e, os mesmos, estão concluindo os trabalhos para a redução das dívidas tributárias, através de análise de valores com prescrição de acordo com a súmula vinculante nº 08, bem como redução das multas e juros aplicados indevidamente.

Cíveis – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros – Constituição de provisão para futuras despesas no Consórcio Unamom.

NOTA 15 – Partes relacionadas

15.1. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado. Os saldos das principais operações estão assim demonstrados em 31/03/2020:

	<u>Ativo</u>	
	<u>Contas correntes Ativos</u>	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Inepar S.A. Ind. e Construções-em Recuperação Judicial	201.995	201.995
lesa Projetos e Montagens S.A.-em Recuperação Judicial	9.057	8.941
	<u>211.052</u>	<u>210.936</u>

Contas correntes – abaixo a movimentação de mútuo com a empresa controladora e com as empresas ligadas. O saldo é exigível a qualquer tempo.

ATIVO	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>(Baixas)</u>	<u>31/03/2020</u>
Inepar S.A. Ind. e Construções - em Recuperação Judicial	201.995	-	201.995
lesa Projetos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	8.941	116	9.057
	<u>210.936</u>	<u>116</u>	<u>211.052</u>

15.2. Remunerações do Pessoal da Administração

Em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas foram realizadas no 1º trimestre de 2020 os seguintes valores a título de remuneração dos administradores:

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Remuneração de Diretores	15	15
	<u>15</u>	<u>15</u>

Nota 16 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$191.423 (Cento e noventa e um milhões, quatrocentos e vinte e três mil reais), composto por 246.385.991 ações ordinárias e 66.034.745 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Refere-se, principalmente, à diferença entre o passivo baixado dos valores constantes do Plano de Recuperação Judicial e o valor justo das debêntures perpétuas emitidas pela Companhia controladora.

O lançamento classificado no Patrimônio Líquido está baseado em Parecer contábil emitido pelo Professor Eliseu Martins e está de acordo com as Normas Contábeis vigentes.

Nota 17 – Receita Operacional Bruta

Neste trimestre a Empresa não aferiu Receita Operacional

Nota 18 – Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Baixa de imobilizado	-	(59)
Provisão Pagamento - Devedores Diversos	(10)	-
Aluguel máquinas e equipamentos	283	-
Custo Aluguel	(256)	-
Venda do imobilizado	-	251
Outras receitas e despesas operacionais	<u>(117)</u>	<u>(48)</u>
	(100)	144

Nota 19 – Despesas e receitas financeiras

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Despesas Financeiras		
Juros s/ Imp. e Contribuições	<u>(1.887)</u>	<u>(487)</u>
	(1.887)	(487)
Receitas Financeiras		
	<u>3</u>	<u>3</u>
	3	3

Nota 20 – Cobertura de seguros (não auditada)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A – Em recuperação judicial.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 21 – Informações por segmentos

As informações por segmento para atendimento ao CPC 22 estão sendo apresentadas na empresa controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e na controladora Inepar S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, pois, conforme informações constantes na nota explicativa nº 01, desde o ano de 2004 as atividades operacionais foram concentradas na IESA

Nota 22 – Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por ação	31/03/2020	31/03/2019
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro/Prejuízo disponível aos acionistas preferenciais	(498)	(125)
Lucro/Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(1.690)	(425)
	<u>(2.188)</u>	<u>(550)</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidades de ações preferenciais emitidas	66.035	66.035
Quantidades de ações ordinárias emitidas	246.386	246.386
Total	<u>312.421</u>	<u>312.421</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	(0,00754)	(0,00190)
Ação Ordinária	(0,00686)	(0,00172)

Nota 23 - Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o SARS-CoV-2 (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Atilano de Oms Sobrinho – Diretor Presidente
Irajá Galliano de Andrade – Diretor de Relações com Investidores

CONTADOR: Jair Malpica - CPF-667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6